

**RMD**

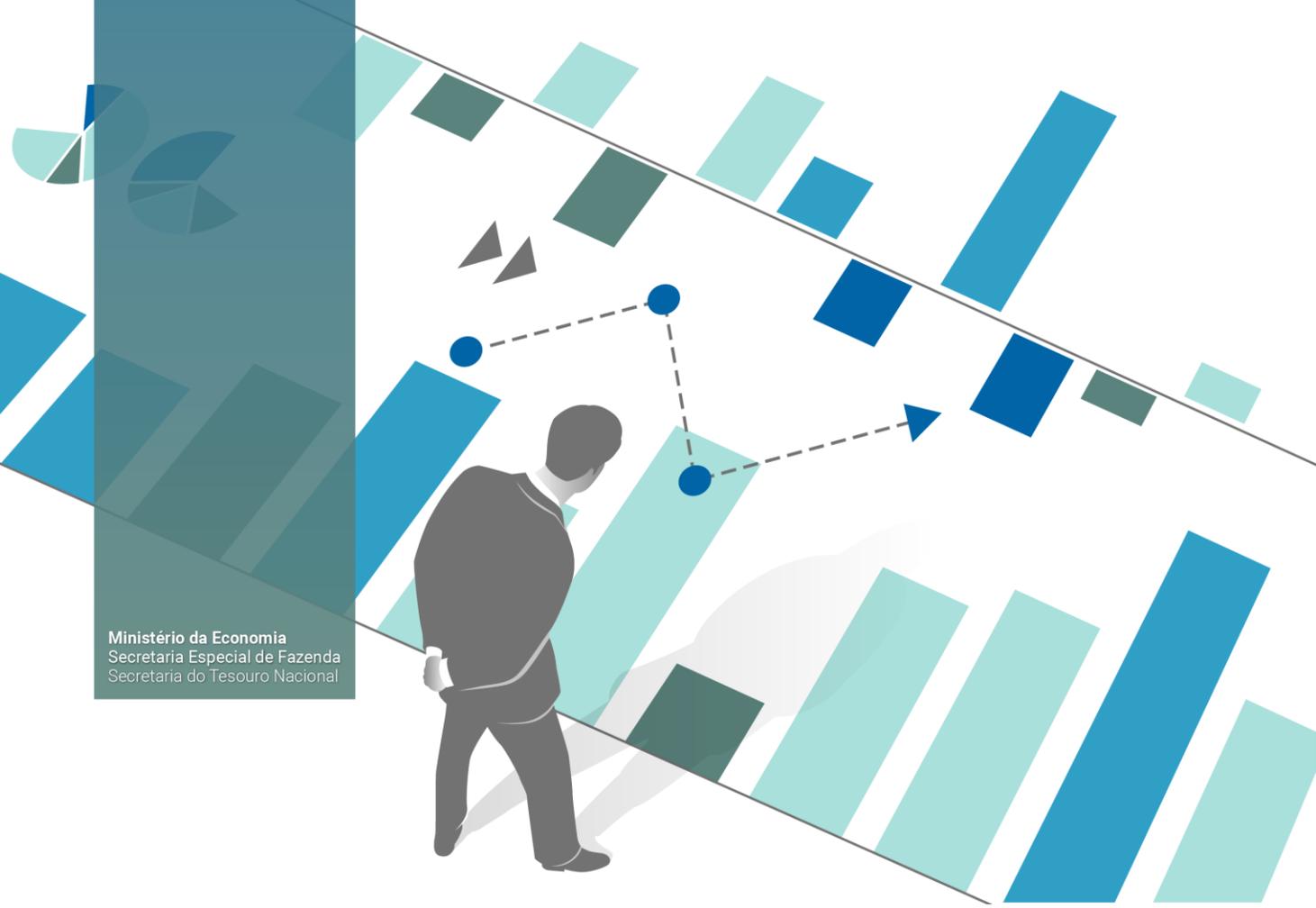
**2020**

**Julho**

# Relatório Mensal Dívida Pública Federal

**Sumário Executivo**

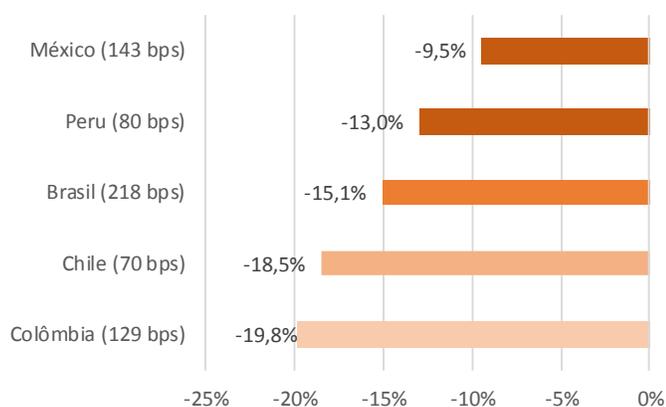
Ministério da Economia  
Secretaria Especial de Fazenda  
Secretaria do Tesouro Nacional



## JULHO

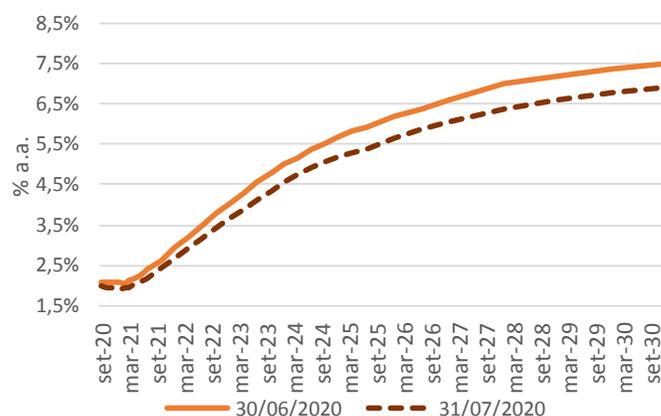
O mês de julho foi marcado por um ambiente econômico-financeiro favorável em decorrência da retomada do nível de atividade e da agenda de reformas, no cenário doméstico, assim como de uma perspectiva mais otimista no mercado internacional. Internamente, destaque para a divulgação de dados de atividade econômica indicando retomada e indicadores de inflação ao consumidor surpreendendo para baixo. A apresentação da reforma tributária e a defesa enfática do Teto de Gastos pelo Ministério da Economia contribuíram para o tom positivo nos mercados. No cenário externo, apesar das tensões comerciais existentes entre EUA e China e do aumento de casos de COVID-19 em diversas localidades, principalmente nos EUA, ativos de risco avançaram ao longo do mês com notícias positivas sobre vacinas, discussão de novos pacotes fiscais e indicadores econômicos sinalizando uma retomada das principais economias. Nesse cenário, o CDS<sup>1</sup> de 5 anos do Brasil registrou redução de 15,1%, atingindo 218 pontos ao final do mês. No mercado de juros, a curva de contratos futuros local apresentou leve recuo na parte curta, com os investidores ajustando as expectativas sobre a política monetária. Os vértices mais longos, por sua vez, apresentaram bom desempenho, refletindo o otimismo dos investidores.

Gráfico 1 – CDS por Países



Fonte: Bloomberg

Gráfico 2 – Curva de Juros Futuros



Fonte: B3 e Bloomberg

A contínua melhora da conjuntura permitiu ao Tesouro Nacional elevar os volumes de emissões no mercado doméstico, com a maior emissão mensal da série histórica, que teve início em nov/2006. O mês de julho ainda contou com um elevado vencimento de títulos prefixados, que também foi o maior da série histórica. De fato, as emissões do mês totalizaram R\$ 156,4 bilhões e os resgates, R\$ 214,8 bilhões, resultando em um resgate líquido de R\$ 58,5 bilhões. Nas emissões, destaque para a venda de títulos prefixados (69,4% do total) e de flutuantes (20,0% do total). No ano, o resgate líquido acumulado na DPMFi até junho foi de R\$ 120,2 bilhões.

As emissões do Tesouro Nacional em julho favoreceram os títulos prefixados de 6 meses e de 48 meses, dada a atual preferência dos investidores por ativos menos arriscados e mais líquidos no mercado doméstico de títulos

<sup>1</sup> O *Credit Default Swap* – CDS é um contrato de swap que remunera o investidor quando ocorre default da instituição especificada no contrato. Logo, o CDS está relacionado com a probabilidade de uma instituição ou país cumprir com suas obrigações.

**públicos**<sup>2</sup>. Nos leilões de prefixados foram emitidos R\$ 108,4 bilhões, com destaque para os vencimentos de abril de 2021 e janeiro de 2024, enquanto para taxa flutuante foram emitidos R\$ 31,2 bilhões, com destaque para o vencimento de março 2026.

**Tabela – Taxas Médias das Emissões da DPMFi em Leilões Tradicionais por Benchmark – % a.a. – Julho**

| Data do Leilão  | LTN 24 meses* | LTN 48 meses | NTN-F 10 anos | NTN-B 5 anos** | NTN-B 40 anos** |
|-----------------|---------------|--------------|---------------|----------------|-----------------|
| ANBIMA 29/12/17 | 7,92%         | 9,05%        | 9,69%         | 4,66%          | 5,43%           |
| ANBIMA 28/12/18 | 7,18%         | 8,37%        | 9,23%         | 4,23%          | 4,94%           |
| ANBIMA 31/12/19 | 5,13%         | 6,04%        | 6,78%         | 2,25%          | 3,46%           |
| ANBIMA 29/05/20 | 3,51%         | 5,34%        | 7,24%         | 2,26%          | 4,40%           |
| ANBIMA 30/06/20 | 3,29%         | 5,11%        | 6,97%         | 2,07%          | 4,21%           |
| 02/07/20        | 3,85%         | 5,10%        | 6,85%         |                |                 |
| 07/07/20        |               |              |               | 1,96%          | 4,02%           |
| 08/07/20        | 4,01%         | 5,20%        | 6,75%         |                |                 |
| 16/07/20        | 4,02%         | 5,20%        | 6,81%         |                |                 |
| 21/07/20        |               |              |               | 1,79%          | 3,86%           |
| 23/07/20        | 3,96%         | 5,14%        | 6,92%         |                |                 |
| 30/07/20        | 3,66%         | 4,87%        | 6,71%         |                |                 |
| ANBIMA 31/07/20 | 3,57%         | 4,75%        | 6,56%         | 1,62%          | 3,70%           |

\*Em julho, o vértice out/22 substituiu o abr/22 como benchmark de 24 meses.

\*\*As taxas das NTN-B referem-se à rentabilidade real.

Fonte: STN

**O estoque da DPF, por sua vez, apresentou redução de R\$ 45,35 bilhões em relação a junho, refletindo o resgate líquido de R\$ 58,5 bilhões e a apropriação positiva de juros de R\$ 13,1 bilhões.** Houve pequena variação da participação de títulos atrelados ao câmbio (5,8% para 5,5%). O grupo dos títulos prefixados apresentou redução na participação no estoque da DPF devido ao resgate líquido de R\$ 95,4 bilhões em julho.

**Com relação aos detentores, o destaque do mês de julho foi a redução de 1,0 p.p. na participação do grupo Instituições Financeiras, alcançando 26,5% na DPMFi, enquanto o grupo Fundos de Investimento aumentou a participação para 26,4% em julho, comparado a 25,8% no mês anterior. Os Não Residentes tiveram suave redução na participação, que fechou o mês em 9,0%.**

**As estatísticas de custo médio seguiram mostrando níveis historicamente baixos.** O custo médio das emissões em oferta pública da DPMFi acumulado em 12 meses atingiu 5,13% a.a., menor valor da série histórica. O custo médio do estoque da DPF acumulado em 12 meses apresentou pequena variação, passando de 9,04% a.a. em junho para 8,73% a.a. em julho.

<sup>2</sup> As análises e acompanhamentos das estatísticas de Dívida Pública Federal (DPF) divulgados pelo Tesouro Nacional referem-se à DPF em poder do público, também chamada de dívida em mercado. Ou seja, os títulos emitidos para o Banco Central do Brasil (BCB) não estão na DPF em mercado. As relações entre os conceitos da DPF podem ser sumarizadas da seguinte forma: DPF = Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi) + Dívida Pública Federal Externa (DPFe). A DPMFi = DPMFi (mercado) + DPMFi (BCB). A Dívida Pública Federal Externa (DPFe) = Dívida Pública Mobiliária Externa + Dívida Pública Contratual Externa. A DPF em mercado = DPMFi (em mercado) + DPFe.

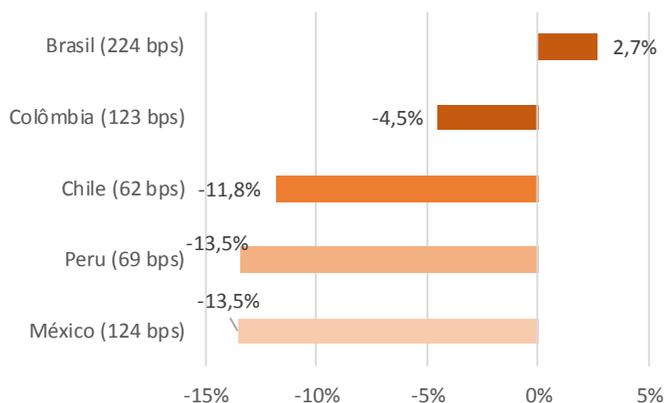
Na estrutura de vencimentos da DPF houve redução do percentual vincendo em 12 meses (22,1%, ante 23,3% de junho) e aumento do prazo médio da DPF (3,94 anos, ante 3,87 anos em junho) devido ao grande vencimento de títulos prefixados no mês.

No Programa Tesouro Direto os resgates líquidos no mês de julho totalizaram R\$ 226,7 milhões, resultado de vendas de R\$ 1,97 bilhão, resgates de R\$ 2,09 bilhões e vencimentos de R\$ 103,5 milhões. Além disso, o programa teve um aumento de cerca de 367,7 mil novos investidores cadastrados. O título mais demandado pelos investidores foi o Tesouro Selic, que respondeu por 48,2% do montante vendido.

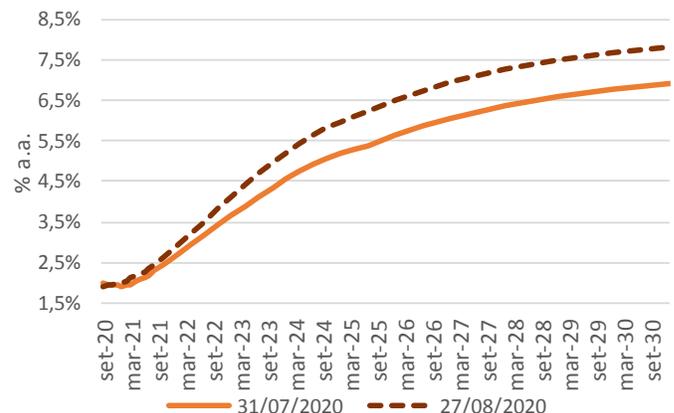
## AGOSTO

A agenda fiscal doméstica e a cautela diante dos riscos associados à pandemia do COVID-19, especialmente diante da possibilidade da aceleração do contágio em algumas regiões dos Estados Unidos e do Brasil, têm sido os principais vetores condicionantes do movimento dos mercados no mês de agosto. Internamente, as discussões a respeito do compromisso com a austeridade da política fiscal têm trazido apreensão aos agentes econômicos, o que resultou em aumento da inclinação da curva de juros futuros. Na mesma direção, o CDS de 5 anos do Brasil aumentou de 2,7%, entre o fechamento do mês de julho e o dia 27 de agosto, atingindo 223 pontos.

**Gráfico 3 – CDS\* (Credit Default Swap) – Países**



**Gráfico 4 – Curva de Juros Futuros**



\*Até o dia 27/08/2020.

Fonte: Bloomberg

Fonte: B3 e Bloomberg

**Importa mencionar que o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou a transferência de R\$ 325,0 bilhões da reserva de resultados do Banco Central do Brasil (BCB) para o Tesouro Nacional, em 27/08/2020, conforme previsto na Lei nº 13.820 de 03/05/2019. Os recursos devem auxiliar no gerenciamento da DPMFi e na manutenção da reserva de liquidez em níveis prudências.**

**Em 28 de agosto também está sendo divulgada a revisão do Plano Anual de Financiamento (PAF), que reflete a atuação do Tesouro Nacional nos últimos meses, com maior volume de emissões, aumento dos títulos prefixados em detrimento dos instrumentos com juros flutuantes e emissões com prazos de vencimento mais curtos, em linha com o contexto de preferência por liquidez e aversão ao risco por parte dos investidores, característica do período de crise pelo qual passam a economia brasileira e a mundial.**